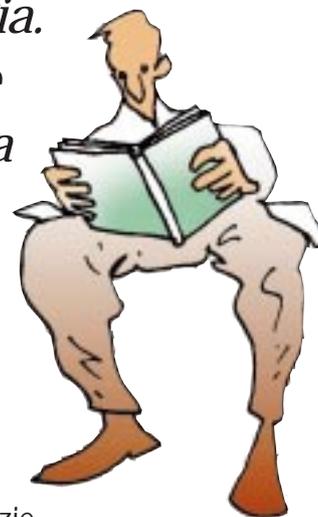


O FUTURO DA UNIVERSIDADE



A Universidade, se quiser antever o futuro, terá que captar o mundo exterior e prestar efetivos serviços à comunidade, e retornar à filosofia e à teologia.

A Universidade não pode se transformar, como querem alguns, em mera fábrica de profissões ou singela empresa de consultoria e serviços



Cláudio Lembo
Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie



que é a Universidade? Nestes últimos mil anos, esta pergunta ocorreu por toda a parte, no Ocidente.

As respostas foram inúmeras e se colocaram, nos primeiros tempos, como sendo a Universidade uma mera corporação ora de professores e, vezes outras, de estudantes.

Em Bolonha, esta segunda assertiva mostrou-se vitoriosa, talvez fundamentada no espírito libertário do povo da região, que, em sua ânsia de obter espaços de liberdade pessoal, entendeu que os estudantes deviam acompanhar e exigir dos professores boas aulas, evitando docentes preguiçosos ou dissolutos.

Outros, ainda, indicam as universida-

des como reunião, em torno de um mesmo objetivo, de titulares de conhecimentos diversos, na busca de transferir a outras pessoas o saber individual acumulado, formar figuras preparadas, particularmente, para as atividades sacerdotais e de governo.

Na verdade, ambos os conceitos se mostram exatos.

A Universidade, até hoje, se apresenta como uma corporação de ofício, onde discípulos e mestres procuram avançar patamares, no intangível desejo de atingir a plenitude do conhecimento.

Certamente, o melhor conceito de Universidade é obtido na análise da própria palavra que indica esta instituição, aplaudida e discriminada através dos séculos.

A Universidade caracteriza a ***diversidade na unidade***.

Sempre foi assim, desde o seu nascimento. Múltiplas áreas de conhecimento convivendo, a partir de um objetivo comum e universalizante.

A Universidade, desde seus primórdios, mostrou-se capaz de agasalar amplo espectro de conhecimentos. Esta Universidade, por unir muitos conhecimentos e pessoas, em espaço limitado, sempre se mostrou sensível ao novo e jamais aceitou passivamente a verdade outorgada. Jamais silenciou



acrescia-se o estudo da medicina, do direito e da teologia.

Constata-se, pois, que diferentemente do que ocorria no interior dos mosteiros e das escolas episcopais, anteriores às universidades, não se ofereciam nestas apenas as teses teológicas, mas sim uma vasta gama de conhecimentos, avançando-se, inclusive, para áreas antes vedadas, como o estudo da medicina e, por via de consequência, da própria anatomia humana.

A Universidade, portanto, desde seus primórdios, mostrou-se capaz de agasalar amplos espectros de conhecimentos, afastando-se, apesar dos incríveis sacrifícios pessoais infringidos a docentes e discentes, em virtude dos dogmas impostos pela religião então dominante, o catolicismo.

É esta Universidade que, por unir muitos co-

Lá, nos seus primórdios, a Universidade ensinava as sete artes liberais: um sistema de noções desenvolvido na Roma tardia e considerado necessário para fazer do homem uma pessoa culta.

As setes artes incluíam a gramática, a lógica, a retórica (as chamadas “três vias”, *trivium*) e a aritmética, a geometria, a astronomia e a música (as chamadas “quatro vias”, *quadrivium*).

A lógica e a filosofia, contudo, tornaram-se, desde logo, dominantes, nos primeiros anos dos cursos e, nos anos posteriores e finais,

nhecimentos e pessoas, em espaço limitado, sempre se mostrou sensível ao novo e jamais aceitou passivamente a verdade outorgada, como axiomática, mas de frágil construção.

Jamais a Universidade silenciou.

A Universidade sempre incomodou a governantes, exigindo repositivamentos filosóficos ou de políticas públicas adotadas, mesmo que, por vezes, as mudanças solicitadas objetivaram os interesses de grupos na procura de maiores espaços no vértice político e não das efetivas necessidades comuns.

Era e sempre foi a movimentação política, no interior das universidades, um fermentar de novos pensamentos e uma positiva gestação de novas lideranças.

A Universidade, por tudo isto, sempre mereceu olhar crítico dos governantes.

Na Restauração francesa, um dos alvos do bonapartismo foi a Universidade. Criaram-se escolas isoladas e a elas dirigiram os filhos da burguesia, a quem no futuro seria oferecida a carreira político-administrativa.

Assim aconteceu na Europa, no decorrer do milênio que se finda.

Não foi diferente na América Espanhola nos últimos quinhentos anos.

No México e no Peru, logo nos primeiros anos da colonização hispânica, universidades se instalaram e desenvolveram, sem des-

continuidade, a tarefa de formar figurantes para o cenário colonial.

Ao norte, as universidades se constituem com a chegada dos primeiros imigrantes ingleses que, na visão de criar uma nova nação, conceberam, de pronto, universidades, destinadas a gerar lideranças, especialmente no campo teológico.

A Universidade norte-americana, imbuída na fé estadunidense pela busca do amanhã, colaborou, desde cedo, na formação de uma comunidade mais justa e igualitária.

Já em 1864, a Universidade de Yale autorizou a criação de uma cá-

tedra de “química agrícola e fisiologia animal e vegetal”. Neste mesmo sentido, importante se afigura a Lei Morrill de 1862, posteriormente chamada a *Lei de Concessão de Terras para os Colégios*, que permitiu o oferecimento de terras federais a cada estado federado e que os lucros provenientes das vendas destas mesmas terras fossem destinados a habilitar as pessoas, por meio das universidades, às atividades agrícolas, dando origem ao que passou a

passaram a chamá-las ironicamente de *colégio de vacas*.

Foram vencidos pela realidade futura.

Dentro desta mesma senda, as universidades estadunidenses sempre se dedicaram a trabalhos comunitários.

Não se isolaram, apesar de alguns núcleos elitistas existentes em determinados centros acadêmicos. As universidades, pelo contrário, sempre se dedicaram às atividades

de caráter social, exigindo de professores e de alunos uma constante inter-relação com a comunidade.

Estes os panoramas europeu, hispano-americano e norte-americano.

Cabe visão retrospectiva sobre o espaço luso-brasileiro.

Em 1209, o Papa Nicolau IV autorizou o funcionamento do Estudo Geral de Lisboa.

Não devem ser omitidos os trágicos acontecimentos de 1609 em Coimbra, quando, sob a acusação de judaísmo e leitura de Erasmo, professores foram presos e Antônio Homem, lente de Cânones, foi garroteado e queimado em Lisboa. Outros professores foram afastados de suas cátedras



denominar-se a revolução agrícola, que conduziu a mecanização da agricultura dos Estados Unidos.

Posteriormente, dando continuidade a esta mesma política dirigida ao campo, a Lei Hatch de 1887 permitiu a criação de estações experimentais agrícolas pelas universidades, levando aos agricultores, pelo aporte de conhecimentos, a idéia da educação como uma função democrática para servir ao bem comum.

Na época, estas experiências foram ridicularizadas. Os adversários das novas universidades agrícolas

Os historiadores costumam oferecer este acontecimento como indicador da criação da primeira Universidade em solo português.

No entanto, há distinção entre as expressões Estudo Geral e Universidade. A primeira indica o próprio edifício onde se encontram mestres e alunos. A Universidade, por sua vez, uma congregação de docentes e discentes com personalidade jurídica própria.

Por despiendo, no caso presente, o tema merece marginalização, mas não se devem omitir os trágicos acontecimentos de 1609 em Coim-

bra, quando, sob a acusação de judaísmo e leitura de Erasmo, professores foram presos e Antônio Homem, lente de Cânones, foi garroteado e queimado em Lisboa. Outros professores foram, também, afastados de suas cátedras.

Em vão os sofrimentos e as mortes: “Foi um espanto reconhecer-se a diversidade das coisas e a relatividade das certezas. O que a consciência dos homens perdeu em orgulho, ganhou-o na abertura do espírito e num sentimento novo de Humanidade”.

Registra-se que, desde 1555 até o período pombalino, a presença da Companhia de Jesus no ensino português foi hegemônica.

O rompimento desta hegemonia, no entanto, não alterou a visão da metrópole sobre a educação nos territórios de além-mar.

Ribeiro Sanches, médico português, tido como personalidade esclarecida, elaborou um projeto para o ensino em Portugal e não se esqueceu de lançar vistas para o ultramar, afirmando em suas **Cartas**: “... uma colônia deve-se considerar, no Estado político, como uma aldeia a respeito da capital”. Aí, apenas deve-se admitir a existência de escolas primárias. “Proíbem-se as escolas de Latim etc. nas colônias, para evitar o sumo prejuízo que causa ao Reino, que nelas os súditos nativos possam adquirir as honras e tal estado que saiam da classe dos lavradores, mercadores e oficiais”.

Esta visão a respeito das colônias foi expressa em 1760. Na última metade, pois, do século XVIII.

Compreende-se, portanto, porque o Brasil desconheceu escolas — primárias de natureza universal ou de outro grau — no decorrer de todo o período colonial português.

Havia uma filosofia vigente e sua política mereceu implacável imposição no espaço brasileiro.

Oportuno torna-se apontar, neste passo, que se tem “... exage-

vam a plasmar como conselheiros de reis, rainhas e cortesãos.

Muito tarde, portanto, surgiram as primeiras escolas superiores no Brasil.

Somente após 1808, graças à invasão de Portugal pelas tropas francesas e fuga de D. João VI e sua corte, implantaram-se escolas destinadas à formação superior nesta margem do Atlântico Sul.

Ora, isto permite compreender por quê a Universidade é produto tardio no processo histórico brasileiro.

Ainda por quê a curiosa luta intelectual entre *liberais* e *positivistas* levou a um atraso ainda maior na constituição de universidades.

Os primeiros, os liberais, desejavam desde logo, uma vez proclamada a República, instalar universidades. Os positivistas, no entanto, fixados no princípio bonapartista da

excelência das escolas isoladas, ainda porque a Universidade teria um ranço clerical, obstaram, o quanto puderam, a criação de universidades no Brasil.

Atrasou-se o Brasil.

Somente em 1934 surgiram as duas primeiras universidades e estas obtiveram êxito e avançaram até este fim de século, a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do Paraná.

Criadas universidades, no Brasil, estas não fugiram da essência de todas as outras universidades difundidas por toda a parte.

A Universidade brasileira tornou-se desestimulante e as práticas políticas desapareceram de seu interior. Não se trata de nostálgica intenção de ingênuo retorno às lutas ideológicas. Trata-se de querer a volta da boa prática de se lançar a Universidade à tarefa de refletir sobre a sociedade que a envolve



rado muito o alcance dos colégios jesuíticos para a educação no Brasil quinhentista quando, afinal, se destinavam fundamentalmente à preparação de quadros da Companhia para a catequese de índios. Poucos brancos aprenderam nos colégios deste período”.

Os colégios da Companhia de Jesus, na verdade, se encontravam inseridos na política colonial portuguesa, indicada expressamente por Ribeiro Sanches, ainda porque os jesuítas eram braço longo do próprio governo e, portanto, aplicadores de doutrinas que ajuda-

Constituíram-se em *locus* de captação de conhecimento e transferência das experiências acumuladas, sem jamais deixarem de se apresentar como cenário de novas colocações políticas e sociais.

A Universidade, concentradora de múltiplas visões do mundo, permite a seus integrantes, docentes ou discentes, oferecer novas concepções e novas atitudes perante a realidade existente.

Assim sempre foi. Assim sempre deveria ocorrer.

Acontece que a Universidade brasileira, neste último decênio, tornou-se desestimulante e as práticas políticas desapareceram de seu interior.

Não se trata de nostálgica intenção de ingênuo retorno às lutas ideológicas, onde a palavra valia mais do que a essência.

Trata-se, sim, de querer a volta da boa prática de se lançar a Universidade à tarefa de refletir sobre a sociedade que a envolve e da qual participam seus membros.

Há uma letargia em todo o corpo universitário. É possível diagnosticar algumas causas desta situação desalentadora.

O *consumismo* em que se afogam jovens e adultos, incapazes de conviver com o simples, mas sempre almejando o “novo”, tornando-se marionetes de um teatro surrealista, que os leva à fragilidade pessoal e atitudes inconseqüentes.

A *massificação da informação* que, atirando notícias sobre notícias, não permite a reflexão e a formação de opinião própria.

A *tecnologia* apresentada como panacéia geral e capaz de resolver

todos os problemas colocados, quando, na verdade, apenas se trata de coleção de instrumentos capazes de oferecer praticidade ao cotidiano e eventual nível de excelência em algumas atividades.

Ocorre que *consumismo, notícia massificada e tecnologia* conduzem a uma apatia social e a um isolamento individual, passando a ser o outro apenas mais um dado e não uma pessoa, com vida, expectativas e intenções.

Aqui se afigura a necessidade de se repensar a Universidade para torná-la digna de seu passado e apta para enfrentar o desafio presente.

Uma Universidade não pode apenas se manter como mera espectadora dos acontecimentos desenvolvidos além de seus limites.

Não pode, ainda, imaginar que as ciências exatas, por mais exaltadas que possam ser, ofereçam respostas às necessidades subjetivas de cada pessoa.

A Universidade, se quiser ante- ver o futuro, terá que captar o mundo exterior e prestar efetivos serviços à comunidade, sob pena de tornar-se desertora, particularmente nesta América Latina, e no seu espaço interior terá que volver às suas origens e retornar aos *saberes desinteressados*, a filosofia e a teologia.

A Universidade, como querem alguns, não pode se transformar em mera fábrica de profissões ou em uma singela empresa de consultoria e serviços.

O exemplo de muitas Universidades estrangeiras merece citação. Mesmo que laicas, apresentam cursos de teologia e jamais se afastam da filosofia.

E por quê?

A sociedade não resistirá à sua autodestruição, mantidas as linhas do atual processo autofágico a que se lançou.

O homem não será apenas o lobo do homem, como doutrinou Hobbes. O homem será o exterminador do homem. Afastar-se-á do bom convívio e expulsará pela força física o que se encontra ao seu lado.

Dia a dia, em todas as grandes cidades e pequenas urbes, as mortes violentas ocorrem. A droga substitui o hábito de filosofar ou pensar no transcendental. É a violência pela violência.

A Universidade não pode abdicar de sua função de centro de reflexão e atuação efetiva na sociedade, a partir de novas idéias e posicionamentos elevados.

Cabe-lhe o papel de difusora dos princípios éticos e da busca de argumentos que permitam imaginar que há espaços superiores além dos meros limites deste pequeno planeta.

Se agir em contrário, a Universidade continuará em sua insana caminhada para o vazio, suportada em vã soberba, própria dos encastelados em feudos que imaginam inexpugnáveis, mas que desabam, em um átimo, quando as sociedades que os suportam fenecem. RA

Bibliografia

- DOWLEY, Tim. História do Cristianismo. Venda Nova: Bertrand Editora, 1995.
- BOYER, Ernest L. Una propuesta para la educación superior del futuro. México/Azcapotzalco: Fondo de Cultura Económico e Universidad Autónoma Metropolitana, 1997.
- CARVALHO, Rômulo de. História do Ensino em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1996.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- TEIXEIRA, Anísio. Educação e Universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.